

PODER

Messias recomeça em cenário de incerteza

Mesmo com crescimento de apoios, advogado-geral da União não atinge maioria na CCJ. Queda de braço entre o Planalto e cúpula do Senado se concentra por votos indecisos

» ALÍCIA BERNARDES

O advogado-geral da União, Jorge Messias, ampliou o apoio entre senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para sua indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda não reúne os votos necessários para garantir a aprovação no colegiado. Nos bastidores, calcula-se que o nome indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva soma ao menos 10 votos favoráveis — número ainda distante dos 14 exigidos entre os 27 integrantes da comissão.

O cenário, embora mais positivo do que meses atrás, permanece indefinido. Seis senadores já se posicionaram contra a indicação, enquanto outros 11 evitam declarar voto ou seguem indecisos. Esse grupo, considerado decisivo, tornou-se o principal alvo da articulação política tanto do Palácio do Planalto quanto da oposição nas últimas semanas.

A formalização da indicação, anunciada por Lula após meses de espera, destrava o rito no Senado e abre espaço para a retomada das negociações. A vaga foi aberta com a aposentadoria antecipada do ministro Luís Roberto Barroso, e a escolha de Messias contrariou expectativas dentro da própria Casa, especialmente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que defendia o nome do ex-presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Interlocutores do governo avaliam que houve avanço relevante desde o fim do ano passado, quando o nome de Messias enfrentava maior resistência. À época, apenas três senadores declaravam apoio. Agora, a base governista trabalha para converter indecisos e ampliar o diálogo com partidos de centro, como MDB e PSD.

A estratégia inclui intensificar reuniões individuais — o chamado “beija-mão” — e reforçar o perfil técnico de Messias, além de destacar sua atuação à frente da Advocacia-Geral da União. Antes mesmo da formalização da indicação, ele já havia conversado com a ampla maioria dos senadores, tentando reduzir resistências.

Ainda assim, há entraves políticos. Parte dos parlamentares evita se comprometer publicamente devido ao desconforto com a escolha

Ed Alves CB/DA Press



Messias: após o desgaste inicial, governo trabalha para obter o apoio do MDB e do PSD no Senado

de Lula e ao alinhamento com Alcolumbre, que, mesmo sem declarar voto, exerce forte influência sobre o colegiado. A relação entre o presidente do Senado e o Planalto esfriou após a indicação, afetando diretamente o ritmo das articulações.

Outro ponto sensível é a ausência de diálogo direto com algumas lideranças-chave, incluindo o próprio Alcolumbre e nomes relevantes da oposição. Governistas reconhecem que a falta de alinhamento prévio dificultou a construção de uma base sólida antes do envio oficial da mensagem.

Rejeição

Na oposição, a resistência ao nome de Messias é mais consolidada. Senadores de partidos como PL, Novo e Republicanos articulam uma atuação coordenada para questionar a indicação, especialmente durante a sabatina na CCJ.

A estratégia inclui explorar dúvidas sobre o “notório saber jurídico” do indicado — requisito constitucional para o cargo — e reforçar críticas ao que classificam como perfil excessivamente alinhado ao governo. A avaliação entre opositoristas é de que, mesmo

que a indicação avance, o processo pode impor desgaste político ao Planalto.

A votação secreta é vista como um fator de imprevisibilidade. Parlamentares admitem que, mesmo entre aliados, há possibilidade de defecções silenciosas, o que amplia o grau de incerteza do placar final.

O calendário da CCJ indica que o governo terá algumas semanas para consolidar apoios antes da votação. O presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), sinalizou que a tramitação seguirá os prazos regimentais, o que dá margem para intensificação das negociações.

O relator da indicação, senador Weverton (PDT-MA), já declarou voto favorável, o que reforça a expectativa do governo de que a sabatina possa ajudar a reduzir resistências. Ainda assim, o resultado permanece em aberto.

Após passar pela CCJ, o nome de Messias seguirá para o plenário do Senado, onde precisará de ao menos 41 votos favoráveis, em votação também secreta. Até lá, o desfecho dependerá, sobretudo, do movimento dos indecisos — grupo que, neste momento, concentra o poder de definir o futuro da indicação.

» Procura-se um articulador

Após trocas no comando de 17 ministérios na semana passada, a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) é a única pasta que permanece sem um titular definitivo no governo Lula desde a saída de Gleisi Hoffmann para disputar uma vaga ao Senado pelo PT do Paraná. O chefe do Planalto busca um nome com bom trânsito no Parlamento, de preferência um congressista. Mas há dificuldades. Em ano eleitoral, Lula conta com a aprovação de projetos importantes para turbinar sua própria campanha, como a redução da jornada de trabalho e a regulamentação do trabalho por aplicativo. Lula tem dificuldades para encontrar um nome no Parlamento, porém. Quem assumir a pasta não poderá concorrer em outubro, eliminando políticos com pretensão eleitoral. (Victor Correia)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Em Política como destino, uma linha do tempo de Geisel a Temer

O ex-governador fluminense e ex-ministro Moreira Franco lançará amanhã, a partir das 17h30, em Brasília, na Fundação Ulysses Guimarães (SHIS QI 15, conjunto 14, casa 18), a autobiografia Política como destino (Topbooks), uma longa entrevista concedida à socióloga Aspásia Camargo, participação especial do filósofo Denis Lerrer Rosenfield. Mergulho nos bastidores do poder, o livro combina memória pessoal, análise política e uma coleção de “causos”, da distensão do governo Geisel ao de Michel Teme (MDB), que assumiu o poder com o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Sociólogo formado na renomada Sorbonne Université, na França, ao longo de suas 1.047 páginas, o livro é um testemunho da política real, com todas as suas contradições, inclusive as do autor. Longe das ideias maoistas dos tempos de militante da Ação Popular (AP), Moreira Franco entrou na política institucional pelas mãos de seu sogro, o senador Amaral Peixoto (MDB-RJ), velho cacique político pessedista, que integrava a cúpula da oposição ao regime, ao lado de Ulysses Guimarães (SP) e Tancredo Neves (MB).

Estreou como deputado federal mais votado do antigo estado do Rio de Janeiro, nas eleições de 1974, com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo como companheiro de chapa José Alves de Brito, um ex-operário da indústria naval, que foi eleito deputado constituinte da fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio. Nas eleições seguintes, em 1976, Moreira foi eleito prefeito de Niterói.

Entretanto, com a anistia e a reforma partidária de 1979, Amaral aderiu ao antigo PDS, do qual se tornou presidente, sendo acompanhado pelo genro, que foi candidato a governador em 1982, quando a eleição direta para os governos estaduais foi restabelecida. Pesaram na decisão o projeto de abertura e a rivalidade com o então governador da Guanabara, Chagas Freitas (MDB), que assumiu o controle da legenda. Moreira perdeu a disputa para Leonel Brizola (PDT), que lhe pôs um apelido, n um debate na tevê, para o resto da vida política: gato angorá.

Naquela ocasião, com a informatização da contagem dos votos, a cargo da empresa Proconsult, o governo tentou fraudar o resultado das urnas, mas fracassou. A apuração estava sendo acompanhada pela Rádio JB, seção por seção, e a soma dos votos, além de muito atrasada, não batia, o que foi denunciado pelo jornalista Procópio Mineiro, que comandava a emissora. No livro, Moreira dá sua versão em detalhes sobre os bastidores dessa eleição.

A narrativa é estruturada em torno da ideia de que a política não foi uma escolha, mas um destino inevitável. Moreira revisita sua formação, sua ascensão no PMDB (hoje MDB) e sua passagem por cargos-chave, especialmente o governo do Rio de Janeiro (1987–1991). Nesse período, revela as dificuldades de governar um estado marcado por crise fiscal, violência crescente, crime organizado e tensões federativas, ao mesmo tempo em que expõe os limites do poder formal diante de estruturas políticas fragmentadas.

MOREIRA FRANCO TRANSITA COM NATURALIDADE POR EPISÓDIOS ENVOLVENDO LIDERANÇAS COMO JOSÉ SARNEY, ULYSSES GUIMARÃES E TANCREDO NEVES

Grandes personagens

Os bastidores do Palácio Guanabara são descritos com riqueza de detalhes. Moreira narra episódios de negociação com a Assembleia Legislativa, conflitos com corporações do funcionalismo e tentativas de implementar reformas administrativas que esbarravam tanto em resistências internas quanto em uma cultura política avessa à austeridade. Há um esforço evidente de justificar suas decisões mais polêmicas, mas também momentos de autocritica, ainda que tímidas.

Um dos pontos altos do livro está nos relatos de convivência com figuras centrais da política brasileira. O autor transita com naturalidade por episódios envolvendo lideranças como José Sarney, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, oferecendo retratos que mesclam admiração, crítica e, sobretudo, intimidade política. São “causos” que ajudam a compreender a lógica de funcionamento do sistema político, baseado em confiança pessoal, negociação permanente e, muitas vezes, improviso.

Ao narrar sua passagem por ministérios em diferentes governos, incluindo sua atuação como ministro da Aviação Civil e da Secretaria-geral da Presidência, Moreira descreve os desafios de coordenar políticas públicas em ambientes de coalizão, marcados por disputas internas e pela necessidade constante de acomodar interesses partidários. Os bastidores de Brasília aparecem como um espaço onde decisões estratégicas são frequentemente moldadas por circunstâncias contingentes, mais do que por planejamento de longo prazo.

Particularmente interessantes são os relatos sobre momentos de crise, como o impeachment de Dilma Rousseff, nos quais o autor expõe o funcionamento das engrenagens do poder em situações-limite. O livro revela como a política brasileira opera sob pressão, com soluções pragmáticas e pouco ortodoxas. Nesse aspecto, dialoga com uma tradição de memórias políticas que privilegia a experiência concreta sobre a teoria.

O tom coloquial e os “causos” funcionam como recurso narrativo eficaz e humaniza personagens frequentemente vistos apenas sob a lente institucional. No entanto, essa opção se apoia mais na narrativa pessoal do que em uma reflexão mais sistemática sobre o sistema político. No livro, Moreira fala das acusações do juiz Marcelo Bretas e compara sua prisão na época de estudante com a da Lava Jato: “eu não fui detido, fui sequestrado quando saía do aeroporto de Galeão, voltando de Brasília”.

ELEIÇÕES

Um mês para ficar em dia com o TSE

» RAFAELA BOMFIM*

Brasileiros aptos a participar das eleições de 2026 têm até 6 de maio para emitir o título de eleitor, atualizar dados cadastrais, transferir o domicílio eleitoral ou regularizar pendências junto à Justiça Eleitoral. O prazo começou a contar ontem.

A partir de 7 de maio, o cadastro eleitoral será fechado para novas solicitações. A medida atende ao que determina a Lei nº 9.504/1997, que estabelece o encerramento do registro de eleitores até 150 dias antes da votação. Com isso, a Justiça Eleitoral interrompe o recebimento de pedidos relacionados ao pleito, incluindo emissão do documento, revisão de dados e mudança de município de votação.

Quem estiver com a situação irregular ficará impedido de votar e poderá enfrentar restrições previstas em lei, como dificuldades para obter documentos oficiais; tomar posse em cargo público; ou se matricular em instituições públicas de ensino. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para maiores de 18 anos, enquanto a participação é facultativa para pessoas analfabetas, maiores de 70 anos e jovens de 16 e 17 anos. Estrangeiros e cidadãos

Marcelo Camargo/Agência Brasil



TSE: o alistamento eleitoral é obrigatório para maiores de 18 anos

em cumprimento do serviço militar obrigatório não podem obter o título eleitoral.

Para obter a licença para votar, é necessário apresentar documento oficial com foto, como carteira de identidade, carteira de trabalho ou passaporte, além de comprovante de residência recente. Homens que completam 19 anos no ano do alistamento eleitoral devem apresentar comprovante de quitação com o serviço militar. A documentação precisa comprovar a nacionalidade brasileira e permitir a identificação do eleitor.

Biometria presencial

O pedido pode ser feito por meio do Autoatendimento Eleitoral, disponível no portal do Tribunal Superior Eleitoral; ou presencialmente em cartórios e postos de atendimento. Em alguns estados da Federação, o comparecimento exige agendamento prévio, que deve ser verificado no site do Tribunal Regional Eleitoral da respectiva unidade da federação. No caso da solicitação on-line, os documentos devem ser enviados em formato digital, acompanhados de uma

imagem do solicitante segurando o documento de identificação.

Mesmo com o atendimento remoto, a coleta biométrica deve ser realizada presencialmente no cartório eleitoral. Por isso, a recomendação é que o procedimento seja iniciado com antecedência para garantir tempo hábil até o encerramento do prazo. Para quem vai tirar o primeiro título, o requerimento pela internet deve ser feito até 6 de abril, permitindo a conclusão do atendimento dentro do período estabelecido.

A legislação permite o alistamento a partir dos 15 anos. Nesses casos, o documento pode ser emitido antecipadamente, mas o exercício do voto ocorrerá apenas se a pessoa completar 16 anos até o dia 4 de outubro, data do primeiro turno. A participação, nessa faixa etária, é facultativa.

Também é possível solicitar a transferência do domicílio eleitoral, desde que tenha decorrido pelo menos um ano da emissão do primeiro título ou da última mudança. É necessário comprovar vínculo mínimo de três meses com o novo município e estar em dia com a Justiça Eleitoral.

Todos os serviços relacionados ao título de eleitor são gratuitos.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza